

TEXTOS E DEBATES

NUER – Núcleo de Estudos sobre Identidade
e Relações Interétnicas

nº 12 - 2004

ETNICIDADE E GÊNERO



TEXTOS E DEBATES – NUER | UFSC
Campus Universitário - UFSC
Cep. 88010-970 | Trindade | Florianópolis - SC - Brasil
Fone: (48) 331 8806 | Fax: (48) 331 9714
nuer@cfh.ufsc.br

NUER / UFSC

Cadernos Textos e Debates
números anteriores

- 01** Descendentes de Africanos em Santa Catarina:
Invisibilidade Histórica e Segregação
- 02** Terras e Territórios de Negros no Brasil
- 03** Identidades Étnicas no Sul do Brasil
- 04** Laudos Periciais Antropológicos
- 05** Negritude e Auto-estima
- 06** Quilombos: Fontes Bibliográficas
- 07** Os Quilombos no Brasil: Questões Conceituais e Normativas
- 08** O Direito Constitucional de Propriedade das
Comunidades Remanescentes de Quilombos
- 09** Laudos Antropológicos: Carta de Ponta das Canas
- 10** Capoeira na Universidade
- 11** Saúde Pública e Ações Afirmativas

TEXTOS E DEBATES

NUER – Núcleo de Estudos sobre Identidade
e Relações Interétnicas

nº 12 - 2004

ETNICIDADE E GÊNERO



NUER / UFSC



Textos e Debates são cadernos destinados a estimular a produção e o intercâmbio entre os pesquisadores, núcleos de estudo e instituições afins. É editado pelo Núcleo de Estudos sobre Identidade e Relações Interétnicas da UFSC.

SUMÁRIO

Apresentação

Talita Matos 05

Conversando sobre gênero e raça

A contribuição das pesquisas antropológicas
para a discussão da etnologia afro-brasileira

Selma Daniela Almeida Silva e

Marta Magda Antunes Machado 07

**Desligando o gravador: raça, prestígio e relação centro/periferia
nas construções de hierarquias entre drag queens**

Anna Paula Vencato 27

APRESENTAÇÃO

Nesta 12ª edição o Caderno Textos & Debates traz a combinação de duas importantes áreas temáticas no campo da Antropologia. A relação entre *gênero e etnia*.

No artigo de Selma Daniela Almeida e Marta Magda Antunes Machado a categoria de análise gênero é utilizada para a reflexão da temática da visibilidade da mulher negra. O texto mostra o diálogo e as críticas das mulheres negras com os movimentos negro e feminista a fim de consolidar, a partir de ambos, um movimento de mulheres negras que possibilite a luta por direitos específicos.

Ana Paula Vencato na parte final desse caderno traz dos estudos de gênero o universo das drag queens. A partir de dada situação problema, identificada no discurso de algumas drags em Florianópolis, mostra a hierarquia e as relações de poder existentes nesse grupo. Aponta também a questão racial como um importante fator de discriminação nos espaços drag.

Os textos abordam etnia e gênero de forma diferente e utilizando sujeitos diferentes, porém nas duas situações a questão do estereótipo negativo atribuído a figura da mulher negra e da drag queen negra persistem. São textos que ampliam a discussão dos estudos raciais pois fazem a junção de diferentes modalidades de análise o *gênero e a etnia*.

Talita Matos
Pesquisadora do NUER

CONVERSANDO SOBRE GÊNERO E RAÇA

A CONTRIBUIÇÃO DAS PESQUISAS ANTROPOLÓGICAS PARA A DISCUSSÃO DA ETNOLOGIA AFRO-BRASILEIRA

Selma Daniela Almeida Silva
Marta Magda Antunes Machado

INTRODUÇÃO

As últimas décadas do século XX foram marcadas por mudanças sócio-econômicas que resultaram numa importante ampliação da "visibilidade social da mulher" (MARTINS apud SAMARA, 1997, p. 7). Nesse sentido, ao incluir os estudos de gênero na reflexão sobre os "debates atuais" em Etnologia Brasileira, faz-se justiça ao esforço de muitas pesquisadoras para pensar essa temática no âmbito das sociedades contemporâneas, possibilitando também a discussão acerca da especificidade das mulheres negras e de suas reivindicações junto à sociedade. Parece oportuno apontar inicialmente alguns elementos que situem o gênero no quadro mais amplo das produções acadêmicas e a forma pela qual essa categoria de análise permite pensar outras e novas questões – como o tema das mulheres negras. Por outro lado, falar de "questões específicas" nesses estudos significa "estar atento às diferenças entre homens e mulheres, entre gênero e raça, entre gênero e classe, entre gênero e cultura (...)" (SAMARA, 1997, p. 14). Daí a necessidade de considerar também a complexidade das pesquisas de gênero quanto à ênfase nos estudos "sobre as" e "das" mulheres negras.

Nessa perspectiva, apresentaremos um quadro sucinto das mudanças que impulsionaram um maior engajamento das mulheres negras nas lutas por direitos sociais e cidadania, de modo particular nos debates acerca das questões específicas levantadas por elas próprias nos movimentos feminista e negro. Procura-se, pois, assinalar algumas conquistas dessas mulheres, a despeito dos limites dos

estudos de gênero e raça¹. Uma breve referência às pesquisas que tratam das questões negras busca situar os debates e as contribuições teóricas e/ou práticas fornecidas pelas investigações que, desde uma organização feminista negra, se voltam especialmente para as reivindicações, aspirações e problemas das mulheres negras. Nesse caso, alguns textos serão selecionados e apresentados de forma resumida.

Por fim, não se pretende aqui dar conta de uma complexa abordagem dos estudos e muito menos das análises das relações de gênero. Tenta-se, antes, enfatizar a premência das pesquisas já realizadas e por realizar acerca das categorias *gênero e raça* para a vitalidade das próprias disciplinas e dos saberes que produzem, bem como para a discussão das sociedades atuais, em especial no que se refere às desigualdades e exclusão das populações negras e particularmente das mulheres. Não obstante os limites desta reflexão, é igualmente interessante lembrar a bibliografia, parte relevante deste estudo, como "passagem" obrigatória para debates mais aprofundados.

I PARTE: GÊNERO, UMA CATEGORIA DE ANÁLISE

Para as estudiosas, as décadas de 1960 e 1970 representam o período em que surgem bibliografias discutindo gênero e relações de gênero na sociedade como um todo. É interessante lembrar, porém, aspectos da construção e do debate acerca do gênero como categoria de estudo. Grosso modo, pode-se afirmar que, enquanto categoria, o gênero surge nos anos de 1980. Contribuições importantes vieram da "arqueologia dos discursos de Foucault", da "proposta de desconstrução de Derrida" e da "historiografia das mentalidades", além da "psicanálise de Lacan" (MATOS, 1997, p. 96). O gênero surge num processo de discussão e crítica em que estudiosas/os e o movimento feminista são influenciados por esses pensadores, voltando-se para investigações ligadas a uma perspectiva sociocultural.

Com efeito, um conceito largamente usado por pesquisadoras latino-americanas – e particularmente brasileiras –, quando da constituição desse novo campo do saber, foi o formulado pela historiadora Joan Scott. Segundo a autora, "o gênero é um elemento constitutivo de relações sociais baseado nas diferenças percebidas entre os sexos, e o gênero é uma forma primeira de significar as relações de

¹ Usa-se aqui o termo "raça", considerando-o como uma das teorias da etnicidade.

poder" (SCOTT, 1991, p. 14)². Há, nessa definição, duas afirmações fundamentais e complementares. A primeira idéia é a de que as relações de gênero são "constituintes" das relações sociais baseadas nas diferenças entre os sexos, daí que – e essa é a segunda idéia – o gênero seja uma forma primária de poder. Por conseguinte, tem-se uma categoria que "reivindica para si um território específico, em face da insuficiência dos corpos teóricos existentes para explicar a persistência da desigualdade entre mulheres e homens" (MATOS, 1997, p. 97). Qual a novidade desse instrumento de pesquisa para as ciências sociais? O gênero possui característica *relacional*, apontando para os perfis de comportamento feminino e masculino em sua definição recíproca. Em outras palavras, o que se busca destacar é o caráter sociocultural e histórico de construção desses perfis num tempo, espaço e cultura determinados (Id.). Nessa perspectiva, o gênero permite criticar categorias universalistas e "essencializadoras" que procuram explicar a realidade humana e social. Seguindo Maria Izilda de Matos, "a discussão dos paradigmas das ciências sociais levou, entre outros aspectos, ao questionamento das universalidades, permitindo a descoberta do outro, da alteridade, dos excluídos da história e, entre eles, mais de 50% da população mundial – as mulheres" (Ibid., p. 87).

O gênero permite ainda compreender as relações significantes de poder entre os indivíduos, revelando a produção das referências culturais disponíveis por meio de símbolos, jogos de significação, cruzamentos de conceitos, relações de poder, conceitos normativos, relações de parentesco, relações econômicas e relações políticas, sendo tais referências sexualmente produzidas (Ibid., p. 97-98). O que se pretende evitar é a "oposição binária masculino *versus* feminino", superando a noção de "fixidez" e desvelando o dado do debate ou da repressão sob a "aparência de uma permanência eterna" na oposição entre os gêneros (SCOTT, 1991, p. 14-16). Que contribuições os estudos de gênero oferecem? Entende-se que esses estudos provocaram "renovações dos marcos temáticos e metodológicos", inovaram "enfoques e modos de análise", colocaram novas questões, revelaram novos sujeitos e possibilitaram outras explicações acerca das realidades humanas e sociais (MATOS, 1997, p. 98-103).

² Tomam-se aqui alguns textos cujas autoras têm discutido muito frequentemente a temática do gênero como categoria de análise científica. Os textos foram publicados em diferentes momentos e por isso são instrumentos pertinentes ao falar-se de gênero e da constituição do seu campo de saber. Nas ciências sociais, autoras como Maria Izilda de MATOS, Rachel SOIHEI, Lia Zanotta MACHADO, entre outras, contribuem para o debate e a ampliação das questões colocadas pelas pesquisas de gênero. Ver, por exemplo, BESSA, K. A. M. (Org.). *Cadernos Pagu: trajetórias do gênero, masculinidades...*, n. 11, Campinas: PAGU/Núcleo de Estudos de Gênero, 1998.

Nos anos de 1990 ocorre uma revisão e ampliação dos estudos de gênero. Assim, as/os estudosas/os procuram “produzir balanços, reflexões críticas e auto-críticas”, retrçando “os caminhos percorridos, os espaços ocupados, as formas dadas à pesquisa” (SCHPUN, 1997, p. 11). Mônica Raisa Schpun lembra que as iniciativas críticas apontam para a existência de dois elementos fundamentais na construção do campo do saber em torno ao gênero: primeiro, os discursos do movimento feminista, cuja força na década de 1970 provocaria nos anos posteriores – a década de 80 – uma nova produção do saber acadêmico, que, por sua vez, traria “as marcas da utopia que anima os movimentos sociais”. Segundo, a produção desse saber cruza-se com o debate nas diferentes disciplinas das Ciências Humanas, resultando no questionamento dos paradigmas e verdades aí produzidos. De acordo com a autora, “o movimento é duplo”, isto é, as novas questões dos estudos de gênero informam as disciplinas e estas, com suas críticas e auto-críticas, enriquecem igualmente os estudos de gênero (Ibid., p. 12). Certamente, nesse olhar retrospectivo que as pesquisas de gênero lançam sobre si mesmas, muitos são os impasses e desafios das últimas décadas. Não obstante, o esforço para pensar limites e possibilidades permite a estudosas/os indicar alguns sinais de mudança nas perspectivas traçadas nesse campo. Dentre os vários aspectos levantados pelas/os pesquisadoras/es, é oportuno ressaltar a percepção da existência de “muitos gêneros”, ou seja, “muitos femininos” e “muitos masculinos”, o que implica em “reconhecer a diferença dentro da diferença” (MATOS, 1997, p. 107). Daí que “mulher e homem [grifo da autora] não constituem simples aglomerados”. Isso significa que “elementos como cultura, classe, etnia, geração e ocupação devem ser ponderados e inter cruzados numa tentativa de desvendamento mais frutífera, por meio de pesquisas específicas que evitem tendências a generalizações e premissas preestabelecidas” (Id.). Assim, percebe-se a emergência de inúmeras indagações acerca das pesquisas de gênero que desafiam esse campo do saber:

II PARTE: MULHERES NEGRAS EM MOVIMENTO

Nessa rápida compreensão de alguns aspectos da trajetória dos estudos de gênero percebe-se o surgimento das reivindicações colocadas pelas mulheres negras, assim como o marco da produção teórica informada pelas questões que elas propõem. Com efeito, enfatizar dados relevantes das lutas das mulheres negras e seus

questionamentos aos debates de gênero e raça parece um passo obrigatório para identificar importantes avanços conquistados por elas e por seu movimento. É o que se tentará fazer a seguir. Talvez seja oportuno sublinhar, na esteira do que se viu até aqui, que a possibilidade de sistematização da problemática das mulheres negras ocorre justamente quando há uma tendência dos estudos de gênero a repensar impasses e perspectivas encontrados ao longo dos anos.

Segundo Matilde Ribeiro, o ano de 1995 – quando foram comemorados os 300 anos de Zumbi dos Palmares – foi significativo quanto à “visibilidade para a questão racial”. As mulheres negras, por sua vez, tiveram participação destacada nos preparativos para a IV Conferência Mundial sobre a Mulher, em Beijing, na China, incluindo propostas referentes às questões raciais no documento final do encontro. Nesse mesmo ano, a revista Estudos Feministas publicou o chamado *Dossiê Mulheres Negras*. Ribeiro lembra que é muito importante intensificar “a divulgação das produções nesta área e que se quebre o tabu de que a responsabilidade por divulgar e investir nas questões relacionadas à população negra e às mulheres negras é apenas das próprias” (RIBEIRO, 1995a, p. 434). Essa iniciativa é fundamental, sobretudo, porque reúne esforços de feministas negras e brancas cujas reflexões resultam de suas pesquisas nas academias e/ou de sua participação nos movimentos sociais. Nessa perspectiva, os estudos apresentados buscam realizar, com a riqueza dos temas polêmicos (Ibid., p. 435), o entrecruzamento das categorias gênero e raça, sublinhando a experiência das mulheres negras brasileiras.

A atmosfera sob a qual esses trabalhos vêm à luz na trajetória dos estudos de gênero no Brasil evidencia a ousadia das mulheres negras em apontar a “forma secundarizada com que o caráter de sua opressão e organização foi tratado pelos movimentos negro e feminista nas últimas décadas” (RIBEIRO, 1995b, p. 446). Assim, elas partem de sua experiência nesses movimentos para “desmascarar” conflitos e denunciar opressões, o que resulta numa maior visibilidade enquanto “sujeitos políticos” e na construção de uma história própria como “movimento autônomo de mulheres negras” (Id.). É relevante para o quadro mais geral das pesquisas em torno do tema gênero e raça conhecer alguns elementos da relação das mulheres negras com feministas brancas e com os homens negros. Matilde Ribeiro ajuda a pensar o contexto histórico da organização das mulheres negras.

A década de 1970 marca o ressurgimento dos movimentos feminista e negro no Brasil, organizados em “plena ditadura militar” e sob a bandeira de uma luta

político-social: democracia, superação das desigualdades sociais e cidadania. Nesse sentido, a história do movimento das mulheres negras liga-se às lutas que marcaram o período e à vanguarda das causas feminista e anti-racista nos anos 1970. A partir de 1985, as mulheres negras, estruturando-se no movimento feminista, propõem novas questões em nível nacional e continental, incrementando sua participação em inúmeros eventos e colocando-se de forma mais efetiva no bojo das reivindicações feministas. Nesse sentido ocorreram vários debates importantes, como o relacionado ao tema da "especificidade" das mulheres negras: quais as diferenças entre mulheres negras e brancas? Sem levantar aqui as várias interpretações atribuídas a esse termo³, sublinha-se a elaboração de muitos estudos que desvelaram um quadro de racismo e de subjugação das mulheres negras (Ibid., p. 447). Além disso, discute-se o movimento feminista em suas práticas, apontando a permanente marginalidade das mulheres negras quanto às suas questões específicas (Ibid., p. 448), e questiona-se o silêncio com que o feminismo nega a reflexão sobre o problema racial, denunciando, portanto, o racismo presente em toda a sociedade brasileira. Ora, as pesquisas mostram que "as mulheres negras são vistas como cidadãs de segunda categoria; a referência às mulheres é feita como se estas fossem um sujeito genérico; a questão racial aparece como sendo de responsabilidade das mulheres negras" (Id.). É importante ressaltar que essa crítica das mulheres negras – no que se refere à sua condição de "sujeitos implícitos" em lutas cuja ênfase parte de uma suposta igualdade entre os indivíduos – se dirige também ao movimento negro na medida em que este nega as diferenças entre mulheres negras e homens negros (Ibid., p. 446).

No ano de 1988, as mulheres negras organizam-se de forma mais autônoma, voltando-se para suas próprias questões e construindo um movimento de feição nacional. Na prática, pode-se afirmar, evidencia-se a discussão sobre as questões colocadas pelas mulheres negras no conjunto dos eventos em que atuaram decisivamente, lutando pela conquista de seus direitos e tornando-se sujeitos de decisões políticas. Encontros, conferências e seminários podem ser enumerados⁴: 1) III Conferência Mundial das Mulheres (Nairobi, 1985); 2) I Encontro Nacional de Mulheres Negras/ENMN (Valença/RJ, 1988); 3) Coordenação do Programa da

³ Para conhecer algumas ponderações acerca do termo especificidade, ver RIBEIRO, M. Mulheres negras brasileiras: de Bertogga a Beijing. In: Revista estudos feministas: dossiê mulheres negras, vol. 3, n. 2. Rio de Janeiro: IFCS/UFRRJ, 1995b, p. 447 (nota 4).

⁴ Ibid., p. 450-456.

Mulher Negra no Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (1988); 4) Encontros Nacionais Feministas/ENF (Garanhus/PE, 1987; Bertogga, 1989; Caldas Novas, 1991); 5) II Encontro Nacional de Mulheres Negras/ENMN (Salvador, 1991); 6) I Seminário Nacional das Mulheres Negras (Atibaia/SP, 1993); 7) Encontros Feministas Latino-americano e do Caribe (Bertogga, 1985; Taxco, 1987; San Bernardo, 1990; El Salvador, 1993); 8) Seminário Nacional de Políticas e Direitos Reprodutivos das Mulheres Negras (1993); 9) V Conferência Mundial de População e Desenvolvimento (Cairo, 1994); 10) II Seminário Nacional de Mulheres Negras – Respostas Organizativas das Mulheres Negras (1994); 11) IV Conferência da Mulher (Mar del Plata, 1994); 12) Conferência Nacional de Mulheres Brasileiras (Rio de Janeiro, 1995); 13) IV Conferência Mundial sobre a Mulher (Beijing, 1995).

Muitas são as vitórias alcançadas pelas mulheres negras e seu movimento. A despeito de não se aprofundar, aqui, a análise desse complexo processo de conquistas e desafios, é interessante observar, a título de exemplo, a intervenção dessas mulheres na Conferência de Beijing, na China, culminando com a ampliação do debate em torno da questão racial em nível mundial, a visibilidade da problemática racial, o compromisso com o "desmascaramento" do racismo, bem como com uma proposta de ação voltada à construção da "plena cidadania" para todos os povos (Ibid., p. 456). Finalmente, revelam-se avanços importantes entre os anos de 1970 e de 1990 nas relações travadas entre as mulheres negras e o movimento feminista. Nas palavras de Matilde Ribeiro: "Parece que o movimento feminista tornou-se mais atento, ou vigilante, às ações das mulheres negras, no sentido de qualificar seu discurso e prática incluindo a questão racial e étnica como importante na luta por democracia e cidadania". Daí a autora afirmar, de forma otimista: "(...) as mulheres feministas negras e brancas não são mais as mesmas" (Ibid., p. 457).

III PARTE: ESTUDOS DE GÊNERO E A PERSPECTIVA DAS MULHERES NEGRAS

A partir das conquistas das mulheres negras nos últimos anos, e considerando sua relevante contribuição para se repensar os estudos de gênero, bem como os desafios colocados atualmente à sociedade, procura-se, nesta terceira parte do estudo, compreender algumas das discussões que, desde há muito, revelam os proble-

mas enfrentados por essas mulheres em seu dia-a-dia. Ainda que se considere a riqueza e a complexidade das pesquisas acerca do gênero e raça, serão relacionados aqui apenas alguns trabalhos desenvolvidos por pesquisadoras cuja experiência nas academias e/ou no movimento das mulheres negras permite revelar vertentes da opressão sofrida por essas mulheres. Nesse sentido serão examinados temas como o estereótipo negativo das mulheres negras, o racismo em relação à sua posição no mercado de trabalho, a falta de uma política pública para a saúde sexual e reprodutiva das mulheres negras, a desvalorização da sua trajetória educacional e, por fim, a necessidade de se mostrar sua especificidade e suas diferentes experiências dentro do movimento feminista.

OS ESTEREÓTIPOS DAS MULHERES NEGRAS

Como a palavra "estereótipo" está direta ou indiretamente presente nas abordagens a seguir, é oportuno tentar uma explicação sobre o seu significado. Assim, seguindo Sander GILMAN (1985 apud PIZA, 1995, p. 56), o estereótipo estaria intimamente ligado à identidade grupal ou individual: "(...) a construção da identidade é um processo que se dá tanto pela aproximação com o outro (...), como pelo afastamento do outro (...). A diferença apresentada pelo outro passa a ser, pois, objeto de medo e ansiedade, tanto quanto de controle e repressão" (Id.).

Com efeito, nos meios culturais, na literatura, na música, na pintura, entre outros, as mulheres negras carregam um estereótipo forjado pela visão do branco ou da branca. Ora são vistas como figuras extremamente sensuais e sexuais – a mulata, por exemplo –, ora aparecem sob uma ótica completamente oposta, isto é, a de uma mulher negra "desfeminizada" em situação subalterna – como a figura da Mãe Preta, a serviçal, que cuida e zela pelo bem-estar do outro. O texto *Beleza mulata e beleza negra*, de Sonia Maria GIACOMINI (1994), descreve as diferenças da celebração da raça negra em duas situações paradoxais. Por outro lado, o texto *Negociando a subjetividade de mulata no Brasil*, da antropóloga americana Angela GILLIAM (1995), relata a experiência de uma estrangeira negra que vive num Brasil dominado pela ditadura militar, período em que surgem inúmeras casas de espetáculo para os *shows* de mulatas.

Ao examinar esses textos é possível sublinhar um elemento importante: a sociedade patriarcal, por meio da dominação, constrói uma identidade de mulher negra que serve às expectativas do homem – e em particular do homem branco.

Por sua vez, as tão exaltadas sensualidade e sexualidade das mulheres negras e mulatas, desde a escravidão, servem como justificativa para sua dominação. Em outras palavras, toda uma situação é elaborada de maneira a evidenciar que não são os senhores – "homens tão puros" – que cometem ataques sexuais às mulheres, mas que, ao contrário, com uma "sexualidade patológica, incontrolável, transgressora", são as mulheres que seduzem o seu "senhor". Depreende-se que, em se tratando de uma cultura machista, as mulheres negras são tratadas como objeto de que o senhor dispõe para "viver" livremente sua sexualidade. Diferentemente das negras, as mulheres brancas mantêm sua sexualidade sob os padrões do casamento e da constituição da família – enfim, de uma relação assumida perante a sociedade. Resta às mulheres negras o estereótipo de "superexcitação genésica" que tanto agrada ao outro. Aparece claramente, nesses estudos, a diferença entre o papéis da mulher negra e da mulher branca. Assim, na sociedade escravista, as mulheres negras são expostas e têm uma "visibilidade" atrelada à figura do "senhor". Já as mulheres brancas, ainda que sofressem as conseqüências de viver numa sociedade patriarcal e machista, tinham sua imagem preservada.

Essas investigações, que levam em conta diferentes períodos históricos, revelam a permanência desses estereótipos acerca das mulheres negras no atual mundo globalizado. É o que se observa no relato de Sonia Giacomini, quando ela descreve suas visitas a casas de shows direcionados para um público formado majoritariamente por homens brancos estrangeiros. Ali a mulata, agora um "produto tipo exportação", exhibe a sensualidade tão explorada desde a época da escravidão. Para a autora, ao desempenhar um papel "mediador", a mulata o faz acionando seu corpo, sua sensualidade. Ela não se apresenta como valor por referência ao grupo familiar – filha, irmã –, que funcionaria como valor-signo na mediação entre famílias, mas como mulher sem família, exposta, disponível, cujo valor advém exclusivamente da sexualidade (GIACOMINI, 1994, p. 220).

Esse modelo de mulher representa uma personagem "chamariz" entre as culturas, legitimando a idéia de símbolo nacional e de brasilidade, favorecendo as expectativas do outro, que busca a sensualidade, a disponibilidade e a sedução. Na verdade, ao transformar-se em "símbolo nacional", a mulata sofre um processo doloroso de dominação racial.

Sonia Giacomini, noutra situação de "celebração da raça", visita "A Noite da Beleza Negra", evento distante da estereotipia e oposto, portanto, ao da "cele-

bração da mulata", da miscigenação. Este segundo evento objetiva resgatar a cultura africana pela integração entre participantes e platéia, numa combinação de identidades, prazer e orgulho de serem negras/os. Trata-se, pois, de preservar a cultura negra e assumir sua continuidade. Nesse sentido, na "Noite da Beleza Negra" existe um projeto de construção positiva da identidade, a mulher negra se reencontra com os parceiros negros e desempenha o papel simbólico atribuído à mulher em uma infinidade de culturas e tradições: a de companheira, esposa, responsável pela procriação (GIACOMINI, 1994, p. 226).

A antropóloga americana Angela Gilliam propõe uma análise igualmente interessante. A pesquisadora e sua filha Onik'a, ainda pequena, desembarcaram no Brasil em 1963. Anos mais tarde, em plena ditadura militar – na década de 70 –, Gilliam vê nascer o "mercado frutífero da mulata". Angela critica essa situação, destacando o pesado fardo das mulheres negras e mulatas na sociedade escravocrata das Américas. Por outro lado, a autora também questiona a relação entre o ser mulata e a "profissão de mulata", que foi forjada ao longo do tempo para adequar-se ao mundo globalizado e capitalista, regido pelas leis do *marketing* internacional. Nesse sentido, o Brasil apareceria como uma terra de permanente festa. Outra idéia importante é a de que o mito da mulata "também estipula que são sempre as mulatas que tentam homens puros sob condições normais". Porém, quando raça, gênero e classe "cruzam com as estruturas históricas de dominação (...) a representação sustentada, objetificada e sexual das mulheres contribui ao controle sócio-político de uma nação e seu povo como um todo" (GILLIAM, 1995, p. 529).

Em 1993, já adulta, Onik'a volta ao Brasil com sua mãe e se depara com a mesma realidade: *shows* em casas de espetáculo, onde as mulatas continuam a ser vistas como produto – objeto – nacional, expostas ao mesmo tipo de público mencionado. Parece emanar desses estudos, que constata a presença da mulata em todas as casas de espetáculo visitadas, uma preocupação em mostrar, via de regra, um Brasil democraticamente racial, harmônico e miscigenado. De acordo com os estudos de gênero, porém, pode-se notar sob essa fachada a tendência de afastar a imagem do povo negro e de sua cultura, que é diferente da imagem do outro – aquele que assiste e compactua, ao mesmo tempo, com a realização do espetáculo.

Por fim, vale ressaltar que ambas as construções de gênero valorizam a "brancura", ou seja, a etnicidade sem marca é o padrão absoluto de "normalidade". Efetivamente, as narrativas-mestras, quer nos Estados Unidos quer no Brasil, pos-

tulam a classificação de "negro" como algo negativo a ser superado (GILLIAM, 1995, p. 527).

AS MULHERES NEGRAS E O MERCADO DE TRABALHO

Maria Aparecida Silva BENTO (1995) procura compreender o tema do gênero e da raça examinando o mundo do trabalho formal. Seu texto *A mulher negra no mercado de trabalho* parte da idéia de que as mulheres negras sempre foram responsáveis pelo sustento da família, dada a impossibilidade dos homens negros constituírem-se em força de trabalho livre, sob alegação de despreparo. Assim, as mulheres negras têm sido, ao longo do tempo, os "chefes" de família e únicas responsáveis por seu sustento. Nessa perspectiva, as mulheres viveriam um círculo vicioso cujas regras apontam para as seguintes amarras: **a)** remuneração extremamente baixa no mercado formal de trabalho; **b)** posição inferior nesse mercado; **c)** realidade sem maiores perspectivas, exigindo delas mais tempo de estudo, por exemplo, para conseguir equiparação salarial com as mulheres brancas. Efetivamente, a pesquisa permite constatar que a mulher negra é desvalorizada ao competir no mercado de trabalho, não devido à baixa escolaridade ou à falta de preparo profissional, mas ao racismo existente na sociedade que se autodenomina "democraticamente racial". É desse racismo que resultam a discriminação e a perpetuação da desigualdade.

Esse segmento é o que mais precocemente ingressa no mercado formal de trabalho e o que nele permanece por mais tempo. É também o segmento que mais investe na escolarização e o que obtém menos retorno desse incremento na sua qualificação. Além disso, é o que apresenta as mais altas taxas de desemprego (BENTO, 1995, p. 480). Eis novamente a idéia do "círculo vicioso", em que se inscrevem mulheres negras de todas as camadas sociais e não apenas das camadas mais pobres – as que atingiram nível universitário têm rendimento 30,5% menor, em média, do que o das mulheres brancas. Ademais, para certos empregos é exigida "boa aparência" – o que exclui as mulheres negras, mesmo qualificadas.

É oportuno assinalar ainda, seguindo a autora, que o lugar da mulher negra no mercado de trabalho está demarcado: é o "gueto" da subalternização e das atividades manuais. Nos serviços domésticos, por exemplo, há quase três vezes mais negras do que brancas: 32,5% contra 12,7%. Em atividades como a de servente, cozinheira ou lavadeira/passadeira, o percentual para negras dobra em relação ao

das mulheres brancas: 16% contra 7,6% (BENTO, 1995, p. 482). A entrada da mulher negra no mercado de trabalho e sua tão almejada ascensão profissional são dificultadas por uma dupla discriminação: contra a negra e contra a mulher. Para o ideal subjetivo e discriminatório das empresas, as mulheres negras podem e devem ocupar somente o lugar de subordinadas.

AS MULHERES NEGRAS NO MUNDO DA EDUCAÇÃO

Márcia LIMA (1995), em *Trajetória educacional e realização sócio-econômica das mulheres negras*, confirma as conclusões de Maria Aparecida Silva BENTO. Segundo Lima, um ponto crucial na análise do tema mulheres negras e educação é a falta de condições reais para que elas ingressem no mercado formal de trabalho, mesmo quando têm acesso à educação universitária. Em outras palavras, altos níveis de escolaridade não asseguram às mulheres negras a mobilidade social normalmente proporcionada pelo investimento em educação (LIMA, 1995, p. 495). Nesse sentido, diferentemente dos demais grupos sociais, as mulheres negras têm poucas chances de melhorar sua situação sócio-econômica. Ainda merece análise mais acurada a questão das carreiras disponíveis para as mulheres negras, para sabermos se as que chegam no nível universitário ocupam carreiras de menor status quando comparadas a mulheres brancas.

O quadro apresentado pela pesquisadora revela que a evasão escolar de indivíduos negros é maior, de um modo geral, do que a registrada entre os brancos – o que obriga a menina negra que não continua na escola a desempenhar serviços domésticos, engrossando o percentual de mulheres negras que executam serviços manuais, pior remunerados. De fato, o que se registra é uma grande falta de incentivo nas várias etapas da educação dos/das negros/as. Na mídia, por exemplo, a maioria das mulheres negras é mostrada como subalterna. Aqui aparece novamente o estereótipo, atingindo a auto-estima das meninas negras.

Mulheres pretas e pardas levam uma aparente vantagem educacional se comparadas aos homens da mesma cor, mas em relação às mulheres brancas a desvantagem é bastante significativa: 54,3% das mulheres pretas e 51,8% das mulheres pardas param de estudar depois de três anos, enquanto o percentual de mulheres brancas que abandonam a escola nesse prazo é de apenas 31,5% (LIMA, 1995, p. 491). A desigualdade também persiste no campo da educação formal.

DIREITOS REPRODUTIVOS E RACISMO NO BRASIL

Edna ROLAND (1995), ao estudar o tema de direitos reprodutivos e racismo, observa que a esterilização parece ser o destino inexorável das mulheres no Nordeste brasileiro: 19% delas são esterilizadas antes de completarem 25 anos. Nessa região, e não por coincidência, encontra-se a maioria da população negra do país (ROLAND, 1995, p. 512). A autora propõe uma questão interessante: como não reconhecer as diferenças entre mulheres esterilizadas negras e brancas se caiu o percentual da população negra ao mesmo tempo em que houve um aumento da taxa anual de crescimento da população branca, e se sabe que a esterilização tem sido o principal instrumento de queda de fecundidade (Roland, 1995, p. 512)?

A pesquisa realizada por Kia Lilly CALDWELL (2000) acompanha essa temática e propõe uma nova e desafiadora perspectiva em relação aos estudos sobre mulheres negras: destaca suas especificidades, ou seja, investiga as questões de gênero considerando raça/etnia, classe e sexualidade. Nesse sentido, ao abordar as diferenças relativas às mulheres negras, Caldwell cria situações positivas, voltando-se para as experiências das mulheres negras, cujo contraste em relação às experiências das mulheres brancas indica a riqueza de suas vivências nos vários aspectos da vida social e pessoal. Além disso, as mulheres negras são consideradas em função de suas próprias vivências de exclusão e de dominação. Essa abordagem inovadora alerta também para o risco de generalização presente em certas pesquisas, que enfocam as experiências das mulheres brasileiras sob uma ótica de falsa uniformidade, resultando em visões essencializadas da condição feminina, que negam a diversidade dessas experiências e produzem noções homogeneizadas de uma pretensa "identidade feminina" (CALDWELL, 2000, p. 97).

A década de 1990, com efeito, toma-se um marco para as pesquisas de gênero. O tema das mulheres negras passa a ser predominante nas análises das relações sociais, haja vista a necessidade de interpretar e explicar as diferenças raciais, étnicas e culturais, atribuindo-se às mulheres brancas a responsabilidade de ocuparem-se, tanto quanto as negras, dessa temática. Por outro lado, Caldwell lembra que o trabalho político e acadêmico das feministas negras no país denuncia os discursos universalizantes que influenciaram a maioria dos estudos sobre mulheres brasileiras. Diversas feministas negras mostraram que a falta de atenção sobre as relações entre dominação racial e de gênero mascarou a cumplicidade de mulheres brancas no que se refere ao seu privilégio racial e reforçou o status su-

balterno das mulheres negras (CADWELL, 2000, p. 96).

É preciso reconhecer que as mulheres obtiveram conquistas importantes, mas também é importante ressaltar que essas conquistas não beneficiaram igualmente mulheres brancas e negras. As mulheres negras são, na maioria dos casos, "destinadas" ao trabalho doméstico, o que equivale a dizer que muitas trabalham em casas de família para que as mulheres brancas possam integrar o mercado formal de trabalho. Outro limite apontado por Caldwell refere-se à falta de pesquisas integradas sobre o tema raça e gênero, levando-a a concluir que as experiências de vida das mulheres negras raramente são objeto de exame. Uma das consequências dessa realidade, por outro lado, seria a falta de estudos teóricos ou empíricos que discutam o privilégio de "ser branca" e o modo como esse privilégio atua na vida das mulheres brancas no Brasil (CALDWELL, 2000, p. 95). Enfim, dentre os muitos aspectos relevantes assinalados pela pesquisadora destaca-se o de que a feminilidade e o privilégio brancos, em nosso país, desmentem a crença popular e oficial de que as práticas de mestiçagem racial de nossa história produziram uma sociedade em que só a "morenidade" tem valor (CADWELL, 2000, p. 103).

CONCLUSÃO

A emergência dos estudos de gênero significou, para a história das ciências sociais brasileiras, uma mudança sensível nas perspectivas da produção científica, especialmente ao colocar novas questões sobre as categorias de análise que explicam as relações sociais. Essa contribuição veio – e vem – também da antropologia. Neste sentido, muitas pesquisadoras fazem críticas às pesquisas que reforçam o discurso baseado numa concepção universalista e absoluta da verdade, cujo sujeito genérico aponta para a hierarquização dos sexos e a permanência da oposição feminino *versus* masculino. Essas críticas, por sua vez, evidenciam a discriminação das mulheres em todos os setores da vida social, inclusive nas academias e nos saberes por elas elaborados.

A partir daí, os estudos de gênero encontraram respaldo nas diversas áreas das ciências sociais, possibilitando pensar os fundamentos epistemológicos próprios a cada disciplina. Na antropologia, essa discussão tem espaço privilegiado para revelar a experiência das mulheres nos debates da militância feminista e das investigações científicas. Com efeito, as mulheres aparecem como "objeto" e sujeito de estudo e realizam uma discussão que emerge de suas próprias inquietações, inven-

tam um outro discurso para falar de outras histórias, outras antropologias, outras sociologias etc. Pluralizam os caminhos, revolucionam os métodos e abrem enormes pistas à inovação teórica.

Apesar de todos os avanços vislumbrados, é necessário que prossigam os debates acerca da questão de gênero para compreender, também aí, os limites das abordagens que "esquecem" de problematizar temas fundamentais à explicação da vida social de hoje. Um desses temas é o das populações negras, especialmente o das mulheres. Não se quer, com isso, cair no outro extremo: "enxergar" somente as mulheres negras na trama social, desconsiderando os demais sujeitos. O que se tenta destacar, em primeiro lugar, é a falta de pesquisas comprometidas com as questões de raça e gênero. Em seguida, é oportuno notar-se a tendência de atribuir tão somente às mulheres negras a tarefa de estudar temas referentes a elas. Nesse caso, as inúmeras implicações dos fatos sociais em que figuram mulheres brancas e negras acabam subsumidas num discurso essencialista acerca das "mulheres", perdendo de vista os conflitos inerentes às construções de gênero entre elas.

Por fim, resta o desafio de trazer à luz os passos lentos, mas firmes e decisivos, que o movimento das mulheres negras realiza nos últimos anos. Divulgar seus estudos e incentivar novas produções sobre gênero e raça, entrecruzando os debates com as pesquisas das mulheres brancas, talvez possa revelar um campo fecundo para a interpretação dos grupos sociais. Isso não significa começar da "estaca zero", pois as mulheres negras já apontam perspectivas e propostas de estudo, que precisam ser incluídas de forma prioritária nos programas de ensino e pesquisa das academias. Um bom começo – ou andamento – é torná-las sujeitos de discussão na etnologia afro-brasileira.

BIBLIOGRAFIA

Geral

- BUTLER, Judith. Sujeitos do sexo, gênero, desejo. In: *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p.35-48.
- CASTORIADIS, Cornelius. Reflexiones entorno al racismo. In: *Debate feminista*. México: Metis Productos Culturales, S. A. vol. 24, ano 12, outubro de 2001, p.15-29.

CORREIA, Lúcia Maria. Fracasso escolar e questões de gênero e etnia no Brasil. In: *Mandrágora*. ano 3, n.3, 1996, p.81-92.

DAUPHIN, Cécile (et al.). A história das mulheres. Cultura e poder das mulheres: ensaio de historiografia. In: *Gênero: revista do núcleo transdisciplinar de estudos de gênero – NUTEG*. vol. 1, n. 1, Niterói, 2001, p.7-30.

FRANCHETTO, Bruna (et al.). *Perspectivas antropológicas da mulher*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981, 467p.

GROSSI, Mirian Pillar. Identidade de gênero e sexualidade. In: *Antropologia em primeira mão*. Florianópolis: UFSC/PPGAS, 1998, 15p.

JURKEWICZ, R. S. Dados históricos da elaboração do pensamento feminista. In: *Mandrágora*. ano 2, n. 2, 1995, p. 17-24.

MACHADO, Lia Zanotta. Estudos de gênero: para além do jogo entre intelectuais e feministas. In: *Gênero sem fronteiras*. Florianópolis: Editora Mulher, 1997, p. 93-139.

MACHADO, Marta Magda Antunes. Palavra feminina na periferia da Igreja: a participação das mulheres na organização da Comunidade "Mont Serrat", Morro da Caixa d'Água, Florianópolis/SC. (Dissertação de mestrado). São Paulo: PUCSP, 1999.

SAMARA, Eni de Mesquita. *Gênero em debate: trajetória e perspectivas na história contemporânea*. São Paulo: EDUC, 1997, 114p.

SANTOS, Eliad Dias dos. Somos negras por natureza e que beleza. In: *Mandrágora*. ano 3, n. 3, 1996, p. 72-74.

SCHPUN, Mônica Raisa. Introdução. In: _____ (Org.). *Gênero sem fronteiras*. Florianópolis: Editora Mulheres, 1997, p. 11-14.

SCOTT, Joan. Gênero: um conceito útil de análise histórica. In: *Educação e realidade*. Porto Alegre, n. 16, 1990.

TAGUIEFF, Pierre André. El racismo. In: *Debate feminista*. México: Metis Productos Culturales, S. A. vol.24, ano 12, outubro de 2001, p. 3-14.

Específica

ABREU, Alice Rangel de Paiva (et al.). *Desigualdade de gênero e raça: o informal no Brasil em 1990*. In: *Estudos feministas*. Rio de Janeiro: CIEC/ECO/UF RJ. n. especial-2, semestre/1994, p. 153-178.

AZERÊDO, Sandra. Teorizando sobre gênero e relações raciais. In: *Estudos feministas*. CIEC/ECO/UF RJ. n. especial-2, semestre/1994, p. 203-216.

BARROS, Luiza. Nossos feminismos revisitados. In: *Estudos feministas: Dossiê mulheres negras*. vol. 3. n. 2. Rio de Janeiro: IFCS/UF RJ, 1995, p. 458-463.

BARROS, Ricardo Paes de; MENDONÇA, Rosane Silva Pinto. Diferenças entre discriminação racial e por gênero e o desenho de políticas anti-discriminatórias. In: *Estudos feministas: Dossiê ações afirmativas*. vol. 4. n. 1. Rio de Janeiro: IFCS/UF RJ, 1996, p. 183-193.

BENTES, Nilma. Brasil-Durban-Brasil: um marco da luta contra o racismo. In: *Estudos feministas*. vol. 10. n. 1. Florianópolis: CFH/CCE/ UFSC, 2002, p. 229-236.

BENTO, Maria Aparecida Silva. A mulher negra no mercado de trabalho. In: *Estudos feministas: Dossiê mulheres negras*. vol. 3. n. 2. Rio de Janeiro: IFCS/UF RJ, 1995, p. 479-488.

BERNARDO, Teresinha. *Negras, mulheres e mães: lembranças de Olga de Alaketu*. São Paulo: EDUC. Rio de Janeiro: Pallas, 2003, 194p.

BLACKWELL, Maylei; NABER, Nadine. Interseccionalidade em uma era de globalização: as implicações da conferência mundial contra o racismo para práticas feministas transnacionais. In: *Estudos feministas*. vol. 10. n. 1. Florianópolis: CFH/CCE/UFSC, 2002, p. 189-198.

CALDWELL, Kia Lilly. Fronteiras da diferença: raça e mulher no Brasil. In: *Estudos feministas*. vol. 8. n. 2. Florianópolis: CFH/CCE/UFSC, 2000, p. 91-108.

CARNEIRO, Sueli. Gênero, raça e ascensão social. In: *Estudos feministas: Dossiê mulheres negras*. vol. 3. n. 2. Rio de Janeiro: IFCS/UF RJ, 1995, p. 544-552.

- CASTRO, Mary Garcia. Gênero, raça/etnicidade, trabalho e sindicalismo no Brasil: uma agenda para o futuro. In: *Estudos de gênero*. (Programa interdisciplinar da mulher). Goiânia: Ed. UCG, 1996, p. 15-46.
- CORRÊA, Mariza. Sobre a invenção da mulata. In: *Cadernos Pagu*: raça e gênero. Campinas: UNICAMP, 1996, p. 35-50
- COSTA, Suely Gomes. Entre práticas escravistas e caritativas: transformações da gestualidade feminina. In: *Gênero*, revista do núcleo transdisciplinar de estudos de gênero. (NUTEG). vol. 1. n. 1. Niterói, 2000, p. 57-63.
- CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. In: *Estudos feministas*. vol. 10. n. 1. Florianópolis: CFH/CCE/UFSC, 2002, p. 171-188.
- DIAS FILHO, Antonio Jonas. As mulatas que não estão no mapa. In: *Cadernos Pagu*, raça e gênero. Campinas: UNICAMP, 1996, p. 51-66.
- GIACOMINI, Sonia Maria. Beleza mulata e beleza negra. In: *Estudos feministas*. CIEC/ECO/UF RJ. n. especial-2, semestre/1994, p. 217-227.
- GILLIAM, Angela; Onik'a. Negociando a subjetividade de mulata no Brasil. In: *Estudos feministas*: Dossiê mulheres negras. vol. 3. n. 2. Rio de Janeiro: IFCS/UF RJ, 1995, p. 525-543.
- GOMES, Nilma Lino. Educação, raça e gênero: relações imersas na alteridade. In: *Cadernos pagu*: raça e gênero. Campinas: UNICAMP, 1996, p. 67-82.
- HENRIQUES, Ricardo. *Raça e gênero nos sistemas de ensino*: os limites das políticas universalistas na educação. Brasília: UNESCO, 2002, 102p.
- HOLLANDA, Heloiza Buarque de. *Y nosotras latinoamericanas?*: estudo sobre gênero e raça. São Paulo: Fundação Memorial da América Latina, 1992, 86p.
- HOOKE, Bell. Intelectuais negras. In: *Estudos feministas*: Dossiê mulheres negras. vol. 3. n. 2. Rio de Janeiro: IFCS/UF RJ, 1995, p. 464-478.
- LIMA, Márcia. Trajetória educacional e realização sócio-econômica das mulheres negras. In: *Estudos feministas*: Dossiê mulheres negras. vol. 3. n. 2. Rio de Janeiro: IFCS/UF RJ, 1995, p. 489-495.
- MOTTA-MAUÉS, Maria Angelica. *Da cor do pecado*: gênero, raça e imagens na produção jornalística em dois séculos. (II Seminário de Pesquisa do CFCH). Belém: Departamento de Antropologia de Universidade Federal do Pará, 1999. p. 1-21.
- MOTTA-MAUÉS, Maria Angelica. *De negras/mulatas e mulatas/negras*: contrapondo leituras de gênero e raça no limiar de dois séculos. (IX Encontro de Ciências Sociais Norte e Nordeste). Natal: Departamento de Antropologia de Universidade Federal do Pará, 1999.
- NASCIMENTO, Elisa Larkin. *O sortilégio da cor*: identidade, raça e gênero no Brasil. São Paulo: Summus, 2003, 412p.
- PINTO, Regina Pahim. Classifying the Brazilian population by color: underlying problems. In: *Brazilian issues on education, gender and race*. São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 213p.
- PISCITELLI, Adriana. Sexo tropical: comentários sobre gênero e raça em alguns textos da mídia brasileira. In: *Cadernos pagu*: raça e gênero. Campinas: UNICAMP, 1996, p. 9-34.
- PIZA, Edith. Da cor do pecado. In: *Estudos feministas*. Rio de Janeiro: IFCS/UF RJ-PPCIS/UF RJ. vol. 3. n. 1-1995, p. 53-64.
- REICHMANN, Rebecca. Mulher negra brasileira: um retrato. In: *Estudos feministas*: Dossiê mulheres negras. vol. 3. n. 2. Rio de Janeiro: IFCS/UF RJ, 1995, p. 496-505.
- RIBEIRO, Matilde. Apresentação. In: *Estudos feministas*: Dossiê mulheres negras. vol. 3. n. 2. Rio de Janeiro: IFCS/UF RJ, 1995, p. 434-435.
- RIBEIRO, Matilde. Mulheres negras brasileiras: de Bertioga a Beijing. In: *Estudos feministas*: Dossiê mulheres negras. vol. 3. n. 2. Rio de Janeiro: IFCS/UF RJ, 1995, p. 446-457.

ROLAND, Edna. Direitos reprodutivos e racismo no Brasil. In: *Estudos feministas: Dossiê mulheres negras*. vol. 3. n. 2. Rio de Janeiro: IFCS/UF RJ, 1995, p. 506-514.

SILVA, Maria Aparecida da. O rap das meninas. In: *Estudos feministas: Dossiê mulheres negras*. vol. 3. n. 2. Rio de Janeiro: IFCS/UF RJ, 1995, p. 515-524.

SOUZA, Candice Vidal. Brasileiros e brasileiras: gênero, raça e espaço para a construção da nacionalidade em Cassiano Ricardo e Alfredo Ellis Jr. In: *Cadernos Pagu: raça e gênero*. Campinas: UNICAMP, 1996, p. 83-107.

WALLACE, Michele. Imagens negativas: para uma crítica cultural feminista negra. In: *Estudos feministas*. Rio de Janeiro: CIEC/ECO/UF RJ. vol. 2. n. 3-1994, p. 65-92.

DESLIGANDO O GRAVADOR: RAÇA, PRESTÍGIO E RELAÇÃO CENTRO/PERIFERIA NAS CONSTRUÇÕES DE HIERARQUIAS ENTRE DRAG QUEENS¹.

Anna Paula Vencato²

Uma das primeiras vezes em que fui a campo, conheci uma drag que se montava raramente na Ilha, pois havia se mudado de um grande centro urbano brasileiro para cá há pouco tempo. Estávamos em uma boate gay e ela não havia sido contratada para a festa, muito embora tinha sido convidada a montar-se³ para a ocasião, tendo sua entrada no camarim liberada para o fazer. Quando lhe perguntei se havia se montado ali, ela me respondeu que a promotora da festa havia dito que ela poderia fazer uso do camarim para se montar, mas não o fez porque as drags de uma cidade catarinense, que foram contratadas para a festa e montaram-se no camarim, "roubam". Essa acusação generalizada e grave deixou-me curiosa na ocasião, mas não prestei muita atenção nela, até que esse tipo de narrativa⁴ começou a se delinear uma acusação direta a uma drag em função de uma situação específica que acontecera ou não de fato no passado.

Após ouvir algumas vezes mais referências a essa história, não pude mais deixar de prestar atenção nela e nem de tentar entendê-la. Comecei a perceber

¹ Este trabalho está fundamentado em minha dissertação de mestrado (Vencato, 2002), que foi orientada pela professora Dra. Sônia Weidner Maluf (PPGAS/UFSC). Trabalho apresentado no "II Seminário Internacional - Educação Intercultural, Gênero e Movimentos Sociais: Identidade, diferença e mediações" no fórum de pesquisa "Sujeições cumulativas: classe, gênero, etnia, geração, entre outras".

² Professora da Unisul e da Udesc. Mestre em Antropologia Social pela UFSC. E-mail: apvencato@hotmail.com.

³ Uma drag queen não se veste ou maquia apenas, ela se "monta". "Montar-se" é o termo "nativo" que define o ato ou processo de travestir-se, (trans)vestir-se ou produzir-se. Não são apenas as drags que podem se montar. Penso que há algum tempo atrás o termo aplicava-se apenas a esses sujeitos. Uma hipótese em que tenho pensado é a de que disseminação da moda "clubber" entre adolescentes e jovens que vivem em áreas urbanas pode ter possibilitado a ampliação do uso da palavra, estendendo seu uso a qualquer pessoa que resolve vestir-se e maquiar-se de forma bastante elaborada e não-usual (pois esse grupo social também usa o termo para definir sua "produção").

⁴ Quando falo em narrativa neste texto, estou me referindo à narrativa como uma forma de estruturar a experiência. Alguns autores que têm contribuído para minhas reflexões acerca dessa questão são Bruner (1986a, 1986b), Maluf (1999) e Turner (1981).

que era uma narrativa que tinha um espaço importante no grupo que pesquisava e que, ao mesmo tempo, delineava lugares sociais peculiares dentre as drags e significava de forma muito particular a trajetória profissional da drag acusada de furtar, colocando-a num espaço desconfortável de acumulação de estereótipos.

Ao mesmo tempo pública e algo de que não se fala abertamente, essa história acabou sendo contada também quando realizei entrevistas com algumas drags para minha pesquisa. Uma das drags que entrevistei, quando foi me contar essa história, pediu que eu desligasse o gravador e contou que o roubo de camarim é uma situação bastante comum nessa atividade profissional e na seqüência relatou que havia uma drag de uma cidade catarinense que havia roubado uma das drags brasileiras mais famosas no camarim em uma festa em que atuaram juntas em Santa Catarina.

Numa outra ocasião acabei entrevistando a drag que havia sido acusada de roubo, e sem que eu lhe perguntasse nada acerca da acusação sobre roubo, no meio da entrevista disparou um discurso de defesa que me propiciou a possibilidade de pensar melhor sobre o que essas narrativas todas de fato estavam contando.

Para além da acusação de roubo e da auto-defesa que ouvi, há aspectos nessas narrativas que evidenciam diversas nuances de sujeição que são encontradas na sociedade e que também se tornam claras na medida em que se olha mais cuidadosamente para o que está sendo dito por todas essas drags.

A narrativa se estrutura da seguinte forma: uma drag "de fora", "famosa" e "branca" acusa uma drag "local", "com projeção local" e "negra" de roubo no camarim. A história é repetida continuamente nos bastidores da noite gay catarinense, mas não atinge o discurso oficial. É uma narrativa que só deve ser compartilhada com pessoas "de confiança" e que não deve circular entre aquelas pessoas que são apenas frequentadoras de espaços de sociabilidade pelos quais a drag circula. Uma história dessas pode causar grande impacto na imagem pública das pessoas envolvidas e atrapalhar na construção simbólica da corporalidade e das performances das drags quando estão em público, ou seja, em certo sentido poderia quebrar com o fascínio que suas personagens instauram.

Partindo dessa acusação de roubo no camarim é possível discutir como se constroem relações hierárquicas entre esses sujeitos-drag. Essas construções, conforme venho argumentando, acabam passando por vários aspectos de sujeição para além da drag como alguém que potencialmente põe em risco o padrão hege-

mônico de masculinidade, e é perpassada também pelo pertencimento a outras categorias como raça, tempo de atuação/reconhecimento profissional no mercado e o pertencimento ou não a um lugar considerado como centro de produção artística em relação a essa atividade profissional.

Num artigo acerca da construção da homossexualidade no Brasil, Fry (1982) apontava que dentro de um mesmo universo de sujeitos estigmatizados socialmente, há categorias que diferenciam os diversos sujeitos pertencentes a este grupo (neste caso, a partir de suas práticas sexuais). Perlongher (1987, 1993a, 1993b), ao falar sobre os michês de São Paulo, afirma que a sociabilidade da margem não se estabelece de forma simples e que as relações entre esses sujeitos marginais para além de enfatizarem uma espécie de igualdade porque estigmatizados se dá, principalmente, através de um sistema hierárquico construído de forma bastante complexa.

Além disso, para além de duas características estigmatizadoras que as drags envolvidas na história compartilham – praticar *cross-dressing*⁵ e se relacionarem de forma erótico-afetiva com pessoas do mesmo sexo anatômico que o seu – há outros elementos distintivos importantes que lhes determina lugares sociais diferenciados, geralmente não observados quando se toma como ponto de partida uma acusação como a de roubo.

Aqui, penso, é importante que se fale um pouco sobre estigma. Embasada em Foucault, Heilborn afirma que "... a escolha de determinadas práticas sexuais revelaria a natureza dos indivíduos, situando-os frente aos outros" (1996: 138). A autora discute, ainda, que a identidade social é um conjunto de marcas sociais que colocam um sujeito num determinado mundo social e vai apontar para três dimensões de modelação da pessoa: **1)** atributos/traços que constituem classificatoriamente o sujeito (gênero, idade, etc.); **2)** como esses atributos se inserem num campo de significações sociais (que possui outros tantos atributos próprios); **3)** Como esses atributos vão se expressar através de alguns valores, tomando corpo em significados que articulam a imagem de si em relação com o outro (1996: 137).

Velho também aponta que "o fato de um indivíduo ser judeu, católico, cigano, índio, negro, umbandista, japonês etc. coloca-o como parte de uma categoria so-

⁵ *Cross-dressing* seria a apropriação de roupas e signos femininos por sujeitos de que socialmente se esperava que usassem/se apropriassem de signos masculinos ou vice-versa. Ramet (1996) afirma que o *cross-dressing* é um fenômeno existente em todo o mundo e encontrado em todas as épocas históricas, não dizendo respeito apenas à procura pelo feminino, muito embora encontre nela seu campo mais fértil.

cial que, dependendo do contexto, poderá ser valorizada ou ser objeto de discriminação ou estigmatização" (1999b: 44). Independente das práticas sexuais desses sujeitos-drag, o fato de praticar *cross-dressing* já os garante um certo grau de marginalidade, e portanto de estigma, a essas pessoas. Newton (1979) afirma ainda, em relação às drag queens que pesquisou, que esses sujeitos carregam uma carga muito grande de estigma porque, independente de qualquer coisa, representam fortemente a homossexualidade masculina e, com isso, acabam comprometendo o ideal hegemônico de masculinidade.

Parece-me importante deixar claro aqui que este trabalho não está preocupado em discutir ou revelar o que de fato aconteceu, ou seja, se houve ou não um roubo no camarim. O que interessa à discussão que proponho é como as narrativas sobre a acusação e a acusação em si estão eludidas de preconceitos e colocam o sujeito acusado num lugar social em que várias categorias estereotipadas parecem corroborar para fazer de um sujeito não-normativo um potencial culpado de roubo.

Entre estas categorias, estão certamente fazer transvestismo (com menos peso nesse caso, uma vez que quem acusa também o faz), ser nova na profissão, ser negra, não ser famosa e não estar atuando em um "lugar importante" para a carreira drag, ou seja, num grande centro urbano brasileiro. Neste ponto, é bom lembrar Scott quando, ao falar de gênero, afirma que o caráter relacional da construção desta categoria deve ser evidenciado, e não se refere apenas àquilo que é historicamente feminino e nem tampouco enfatiza apenas a construção social da diferença entre homens e mulheres. Falar em gênero, assim, implica em significar relações de poder (1995: 75).

Desejo caminhar na mesma direção da autora para realizar minhas análises: não é apenas a homossexualidade e o *cross-dressing* que constroem esses sujeitos-drag. Há outros elementos que os compõem e significam socialmente e alguns deles comportam significados estigmatizadores. Esse jogo de acusação e defesa revela uma lógica social complexa em que há alguém que acusa porque pode, porque tem um lugar social que lhe permite fazer isso, e há outro alguém que é acusado e pode somente defender-se vez ou outra, mas a essa defesa não é dado muito crédito⁶.

Uma distinção que aparentemente não faz diferença e tem um peso efetivamente grande na construção de hierarquias entre as drags é o fato de serem de

um grande centro urbano ou do interior do país. Só este pertencimento ou não delimita uma série de possibilidades ou de restrições para que uma drag possa ascender na carreira ou, que o possa fazer com bastante credibilidade. Mesmo a relação estabelecida entre as drags e o público e as drags e quem as contrata é diferenciada. É como se as drags locais fossem amadoras e não necessitassem de contratos e bons cachês enquanto as de fora, profissionais, demandassem outro tipo de relação e respeitabilidade⁷.

Nesse contexto, pode-se fazer uma reflexão semelhante no quesito estar na mídia nacional (na dirigida ao público homossexual e, principalmente, na grande mídia) ou estar relativamente a margem desse processo. Relativamente porque é difícil que uma drag que tenha uma trajetória profissional consolidada, mesmo que apenas em nível local, consiga manter-se completamente afastada da mídia. Mesmo a drag que entrevistei que tinha mais horror a idéia de ter sua personagem associada a ele mesmo em sua vida cotidiana chegou a dar entrevista para um importante canal local.

Há ainda a questão da raça, que permeia, mesmo que de forma não dita, toda esta narrativa. Ninguém se refere a drag acusada como negra em nenhum momento da história, e muito embora sem referência a essas questões, penso que a forma "natural" com que a acusação foi absorvida como verdade engloba também o fato da acusação ser feita por uma drag branca e de que a acusada é negra. É dado de realidade que no Brasil negros são usualmente tidos como suspeitos desse tipo de crime sem muito questionamento ou investigação, muito embora o país venha se esforçando ao longo de sua história em dizer-se um país não-racista e fundado na diversidade étnico-cultural.

Quanto às drags, se por um lado desestabilizam a lógica binária de sexo-gênero, conforme Butler (1990) argumenta e eu venho defendendo ao longo de meu trabalho com esses sujeitos é interessante pensar nessa narrativa que estou discutindo como um ponto de conflito: elas desestabilizam esta lógica binária de sexo-gênero mas, ao mesmo tempo, reproduzem outras relações de dominação, hierarquia e exclusão que encontramos no cerne de nossa sociedade. Poder-se-ia argumentar então que o argumento de Butler estaria certo apenas em certo sentido, mas prefiro pensar que como sujeitos socializados numa dada cultura - e não à parte dela - as drags

6 Um texto muito interessante que trata dessas questões é um capítulo do livro de Gaspar (1988) acerca das garotas de programa de Copacabana, intitulado "O jogo de atributos: a construção da identidade social da garota de programa".

7 É interessante observar que esta relação local/de fora também pode ser estabelecida pelas drags locais quando são contratadas para atuar em festas dirigidas ao público heterossexual, nesse caso elas argumentam ter sua performance artística muito mais valorizada e que esta valorização se reflete, inclusive, nos cachês que lhes são pagos.

também participam e compartilham dessa lógica cultural que exclui alguns sujeitos e mantém outros em um local social um pouco mais confortável.

Se nas performances públicas é através do corpo, da corporalidade, e das negociações com os outros, que as performances drag, que também são performances de gênero (Butler, 1999), acabam tendo possibilidades de acontecer, pode-se argumentar que essas negociações extrapolam o lugar do corpo montado e passam toda a construção de um lugar social para esses sujeitos-drag, mediado por outras questões tão importantes quando o gênero, como a classe, a raça, origem social e a própria vida profissional, entre outros.

O que há de contraditório entre discurso (sem dúvida uma performance) e aquilo que fazem enquanto performance pública, montadas, aparece principalmente nas narrativas sobre a convivência com as outras drags. Esta não é uma convivência sem rugas, sem mazelas, mas assim como maquiam os rostos para serem um outro alguém, maquiam por vezes as desavenças e diferenças com sujeitos que compartilham do mesmo nicho profissional ou que estão diretamente vinculados ao mercado do entretenimento GLS⁸. Os laços estabelecidos nesses contextos "de trabalho" são por demais frágeis para que não se tenha todo o cuidado de os manter afastados do risco de rompimento. Também por esta razão essa narrativa de roubo me foi contada de forma tão peculiar enquanto estive em campo, aos poucos e com o gravador desligado.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRUNER Edward. Ethnography as narrative. In: TURNER, Victor W., BRUNER, Edward M. (ed.) *The anthropology of experience* Urbana/Chicago: University of Illinois Press, 1986a. pp. 139-155.

_____. Experience and its expressions. In: TURNER, Victor W., BRUNER, Edward M. (ed.) *The anthropology of experience*. Urbana/Chicago: University of Illinois Press, 1986b. pp. 3-30.

BUTLER, Judith. Corpos que pesam: sobre os limites discursivos do "sexo". In: LOURO, Guacira Lopes (org.). *O corpo educado: pedagogias da sexualidade*. Belo Horizonte: Autêntica, 1999.

_____. *Gender Trouble: Feminism and the Subversion of Identity*. USA: Routledge, 1990.

FRY, Peter. Da hierarquia à igualdade: a construção histórica da homossexualidade no Brasil. In: *Para inglês ver* Rio de Janeiro: Zahar, 1982. pp. 87-115.

GASPAR, Maria Dulce. *Garotas de programa: prostituição em Copacabana e Identidade Social*. 2. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1988.

HEILBORN, Maria Luiza. Ser ou estar homossexual: dilemas de construção de identidade social. In: PARKER, Richard, BARBOSA, Regina Maria. *Sexualidades brasileiras*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1996. pp. 136-145.

MALUF, Sônia Weidner. Antropologia, narrativas e a busca de sentido. In: *Horizontes Antropológicos*, v. 5, n. 12, Porto Alegre, dezembro 1999. pp. 69-82.

NEWTON, Esther. On the job. In: *Mother camp: female impersonators in América*. Chicago and London: The University of Chicago Press, 1979. pp. 1-19.

PERLONGHER, Nestor. Antropologia das sociedades complexas: identidade e territorialidade, ou como estava vestida Margaret Mead. In: *RCBS*, v. 8, n. 22, jun. 1993a. pp. 137-44.

_____. *O negócio do michê: prostituição viril em São Paulo*. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1987.

_____. Territórios marginais. In: *Saúde Loucura 4: Grupos e Coletivos*. São Paulo: Hucitec, 1993b.

RAMET, Sabrina Petra (org.). *Gender reversals and gender cultures – an introduction*. In: *Gender reversals and gender cultures*. London and New York: Routledge, 1996. pp. 1-22.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. In: *Educação e Realidade*, 20 (2): 71-99, Porto Alegre, jul./dez. 1995.

TURNER, Victor. Social dramas and stories about them. In: MITCHELL, W. J. T. (ed.) *On narrative*. Chicago: University of Chicago Press, 1981. pp. 137-164.

⁸ Sigla para Gays, Lésbicas e Simpatizantes.

VELHO, Gilberto. Prestígio e ascensão social: dos limites do individualismo na sociedade brasileira. In: *Individualismo e cultura* notas para uma antropologia da sociedade contemporânea. 5. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1999b. pp. 39-54.

VENCATO, Anna Paula. *Fervendo com as drags*: corporalidades e performances de drag queens em territórios gays da Ilha de Santa Catarina. Florianópolis, 2002. 124 f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina.

Coordenação da Publicação: Ilka Boaventura Leite
Diagramação: Cristiane Ziliotto
Revisão ortográfica e gramatical: Marco Antônio Beck
Capa: Africans Designs from Traditional Sources by Geoffrey Williams. N.Y. Dover Publications, 1971.